

Relações Brasil-Estados Unidos (1961-1967) Os fatores domésticos e internacionais na transição da Política Externa Independente de João Goulart para o alinhamento de Castello Branco

Brazil-United States Relations (1961-1967) The domestic and international factors in the transition from João Goulart's Independent Foreign Policy to the alignment of Castello Branco

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v12i1.2764>

Bárbara Benevides Torres¹

Bacharela em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH);
Pós-graduanda em Cidadania e Direitos Humanos no Contexto das Políticas Públicas pela Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
Contato: torresbbarbara@gmail.com



Flávia Henriques Góes de Medeiros²

Bacharela em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH);
Pós-graduanda em Estudos Diplomáticos pelo Centro de Estudos em Direito e Negócios (CEDIN)
Contato: hgoesmedeiros@gmail.com



Gabriel Fernandes Pimenta³

Mestre e bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), professor do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH)
Contato: pimenta.gabriel@gmail.com



Recebido em: 29/05/2019 – Aceito em 29/07/2019

Resumo: As relações entre Brasil e EUA passam por diferentes fases que podem variar entre uma aproximação extrema e um maior afastamento entre os Estados, fazendo-se necessária a compreensão sobre o que leva à ocorrência da mudança de política externa. Isso é importante, especialmente, no período em que a PEB passa por uma mudança de orientação internacional entre a política externa independente no governo de João Goulart (1961-1964) – orientada por um afastamento da influência estadunidense – e um estreitamento das relações com os EUA durante o governo de Castello Branco (1964-1967), após o golpe militar. Por isso, este trabalho visa analisar como o sistema político doméstico do Brasil, juntamente com as pressões do ambiente externo entre esse determinado período, influenciaram a reorientação da política externa brasileira em relação aos EUA. Para tanto, foi identificada a influência dos fatores externos nas relações brasileiras com o governo estadunidense durante o período delimitado e, também, compreendido a composição do sistema político doméstico do Brasil. Ao fim foi observado os pontos de inflexão que caracterizaram a transição entre a PEI de João Goulart e a política externa de Castello Branco, resultando na reorientação da PEB para um alinhamento com o ocidente e, principalmente, com os EUA.

Palavras-chave: Mudança de política externa. Fatores internacionais e domésticos. Relações Brasil-EUA.

Abstract: U.S.-Brazil relations goes through different stages, which can oscillate between an extreme approximation to a greater distance between the States, making it necessary to comprehend what leads to foreign policy changes. This is important, especially, in the period in which Brazilian foreign policy goes through an international orientation change between the independent foreign policy under João Goulart's government (1961-1964) – oriented by the shift away from the U.S. influence – and a close relationship with U.S. under Castello Branco's administration (1964-1967), after the military coup. Therefore, this paper aims to assess how Brazilian domestic political system, along with external environment pressures between this period, influenced Brazilian foreign policy reorientation towards United States. Thus, it was identified the influence of external factors that involved the U.S.-Brazil relations at that time and, also, understood the Brazil's domestic political system. At the end it was observed the turning points that charac-

¹Bacharela em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH); Pós-graduanda em Cidadania e Direitos Humanos no Contexto das Políticas Públicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Contato: torresbbarbara@gmail.com

²Bacharela em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH); Pós-graduanda em Estudos Diplomáticos pelo Centro de Estudos em Direito e Negócios (CEDIN). Contato: hgoesmedeiros@gmail.com

³Mestre e bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), professor do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH). Contato: pimenta.gabriel@gmail.com

terized the transition between João Goulart's independent foreign policy and Castello Branco's foreign policy, resulting in the Brazilian foreign policy reorientation to an alignment with the West and, especially, with the USA.

Keywords: Foreign Policy Change. International and domestic factors. U.S.-Brazil Relations.

Introdução

Historicamente, a Política Externa Brasileira (PEB) oscila entre uma maior aproximação ou distanciamento dos Estados Unidos da América (EUA), o qual é um importante parceiro em toda a trajetória do Brasil. A diferenciação entre as políticas adotadas que orientam o relacionamento entre esses Estados ao longo do tempo pode ser compreendida por meio do entendimento de mudança da política externa (MPE). Essa perspectiva permite explorar em que circunstâncias e sob quais condições essas mudanças podem ocorrer, levando em consideração a possibilidade de influência de fatores externos e internos aos Estados (HERMANN, 1990).

Assim, considerando as diversas variáveis que compunham o contexto da década de 1960, esta pesquisa busca esclarecer como o sistema político doméstico do Brasil, concomitantemente às pressões do ambiente externo, entre o período democrático de João Goulart e o governo militar de Castello Branco, influenciaram a reorientação da política externa brasileira em relação aos EUA. Para obter uma resposta clara sobre determinado propósito, pretende-se, como pontos fundamentais, identificar a influência dos fatores externos nas relações brasileiras com o governo estadunidense durante o período delimitado; entender o sistema político doméstico do Brasil a partir da composição e da relação de suas constituintes e, por fim, observar os pontos de inflexão que caracterizaram a transição entre a PEI de João Goulart e a política externa de Castello Branco.

Ao longo do trabalho objetiva-se alcançar respostas que auxiliem a compreensão do que foi proposto, podendo, assim, contribuir para o aprofundamento da temática nas discussões teóricas e literárias. A mudança de política externa é pouco discutida no campo das Relações Internacionais (RI) no contexto brasileiro, principalmente no que diz respeito a eventos que tratam da historicidade do Brasil e do determinado período entre os governos Goulart e Castello. Sendo assim, este trabalho pode contribuir para a complementação do aparato teórico e histórico, potencializando, também, um entendimento mais profundo dos eventos passados que possibilite uma melhor compreensão de como se dão as relações contemporâneas entre Brasil e EUA.

Por ser, então, um trabalho que abrange elementos que envolvem conceitos e história é caracterizado como uma pesquisa qualitativa, a qual tem a capacidade de lidar com os fatores que compõem as interações entre o local e o global, contribuindo para o entendimento e conexão dos elementos que guiam as relações entre os dois Estados. Sendo assim, para alcançar um aprofundamento da proposta fez-se necessária a busca de informações por meio da pesquisa exploratória, uma vez que permite ampliar a apreensão de conhecimento sobre o tema. Isso foi feito a partir do levantamento bibliográfico por intermédio de livros de leitura corrente, publicações periódicas e pesquisa documental (em arquivos que receberam, ou não, tratamento analítico). Assim, foi possível mobilizar materiais voltados para a história da política externa brasileira e para o corpo teórico, podendo sustentar as partes descritivas e analíticas do trabalho.

Mudança de Política Externa

Os modelos de análise de política externa voltados para a compreensão das mudanças no processo de formulação e implementação de medidas transformaram-se substancialmente desde a formação das Relações Internacionais enquanto campo autônomo de estudos, ainda que permaneça a tensão expli-

cativa entre agência e estrutura. O Estado segue como ator preponderante, a despeito da maior permeabilidade das análises a atores sociais, e mesmo individuais, assim como ao peso explicativo de constrangimentos sistêmicos.

A atual compreensão da política externa parte da virada behaviorista nas décadas de 1950 e 1960. A análise das ações estatais dispensou o caráter parcimonioso das teorias tradicionais, o qual desconsidera fatores e elementos que influenciam nas decisões. As novas concepções formuladas ampliam o escopo de análise, abrangendo, além de mais objetivos externos, outros atores governamentais e não-governamentais - considerados importantes para a formação dos interesses nacionais. As informações são cruzadas com variáveis observadas em diferentes níveis, permitindo explicar decisões e comportamentos estatais de forma mais detalhada (JESUS, 2014). Marco dessa mudança foi a obra de Snyder, Bruck e Sapin (1954), que abre espaço para considerar o Estado composto por diversos atores oficiais que possuem legitimidade e autoridade para formular e tomar decisões em nome do Estado. Além de abordar de forma até então inédita a formulação de decisões, e não apenas seu resultado, a obra define o interesse nacional como decorrência da compreensão que os atores - responsáveis pela tomada de decisão - possuem dos fatores internos e externos presentes no contexto em que estão inseridos. A ação do Estado no ambiente internacional é baseada, então, nas percepções e condutas individuais dos atores, os quais formulam em conjunto, como um governo unitário, as decisões adequadas para determinada situação.

Novo avanço veio da seminal obra de Graham Allison (1969), que seccionou as perspectivas de ação e racionalidade estatais em três modelos. O Modelo I leva em conta que as decisões têm origem na escolha unificada e intencional dos governos, definidos como agentes unitários e racionais que tendem a tomar decisões capazes de atingir de modo mais próximo possível as metas e os objetivos da nação. As limitações deste são dadas pelo Modelo II, que enfatiza as regularidades de ação e limitações das burocracias e seus processos organizacionais padrão (SOP), de modo a perder eficiência em casos imprevistos, e o Modelo III, que indica que, no âmbito do Estado, os agentes à frente das burocracias conduzem disputas por recursos e prestígio sem considerar o resultado eficiente para o Estado. A despeito de limitações empíricas, os modelos complementares de Allison seguem como referência para a análise dos processos intraestatais em tomada de decisão de política externa (PAQUIN, MORIN, 2018).

Em que pese a relevância da perspectiva mencionada, há a perspectiva de que os argumentos burocráticos são insuficientes para explicar propriamente as decisões em política externa por possuírem foco limitado em torno dos processos e arranjos institucionais formais, ignorarem o papel do relacionamento político entre os grupos e não explorarem devidamente o peso explicativo de constrangimentos internacionais sobre a tomada de decisão interna. Caberia compreender como as características internas de Estados similarmente localizados no sistema resultam em diferentes formulações de política externa, permitindo assim maior comparabilidade (GOUREVITCH, 1978).

O conflito sobre como o poder será exercido e as lutas políticas entre opiniões diferentes frente às opções disponibilizadas por constrangimentos sistêmicos, tais como riscos militares e a inserção na divisão internacional do trabalho, são cruciais na modificação do comportamento estatal. Há destaque para partidos políticos, organizações e outros grupos sociais, barganhando em torno de seus interesses. Nesse sentido, os sujeitos políticos que comandam as burocracias, tais como partidos e lideranças, ganham relevância (GOUREVITCH, 1978). Segundo Sposito (2012), é necessário compreender quais são as fontes, além dos processos decisórios, que levam ao rompimento com tais estruturas e resultam em uma mudança de política externa.

Charles Hermann (1990) busca compreender a natureza da MPE e seus efeitos sobre o governo e suas constituintes, assim como a consequência disso para outros países. Considera-se a possibilidade de ocorrência de quatro tipos de redirecionamentos da política externa, organizados em uma escala que varia do nível mais brando ao mais extremo de mudança: 1) ajuste; 2) programa; 3) problema/objetivo; 4) orientação internacional. A mudança de orientação internacional é a forma mais extrema de redirecionamento da política externa de um Estado e diz respeito a uma alteração completa de seu papel e de suas das atividades exercidas na política internacional.

A abordagem de MPE busca integrar fatores internos e externos, sem tratar de forma exógena a capacidade de agência (HUDSON, 2005). Segundo Gustavsson (1999) as fontes da mudança se associam necessariamente às estruturas doméstica e internacional, sendo que essa junção decorre de fortes incentivos para a alteração do *status quo* do meio decisório, levando a modificação das ações do Estado no ambiente internacional. A ocorrência de perspectivas excludentes de inserção internacional entre os grupos internos, a escolha de um líder capaz de impor suas convicções próprias sobre todo um governo, a militância burocrática⁴, a reestruturação do sistema político doméstico e a existência de choques externos são fatores capazes de ensejar mudanças de orientação.

Segundo Sposito (2012) é possível utilizar os tipos propostos por Hermann para realizar uma análise a respeito das mudanças ocorridas entre regimes. Definidas como a mudança no grupo dominante e na estrutura decisória de um Estado, a mudança de regime é capaz de estabelecer política externa com motivações, métodos e objetivos diferentes daquela conduzida anteriormente (HAGAN, 1989). Dentre as tipologias de mudança de regime, destaca-se a mudança de regime tipo IV, a qual diz respeito a “uma transformação revolucionária em que um grupo político é substituído por um grupo antissistema que, fundamentalmente, reestrutura o sistema político” (*idem, ibidem*, p. 145), via de regra associada a momentos revolucionários ou de golpes militares, os quais são responsáveis por desfazer as estruturas democráticas de um Estado e reprimir grupos políticos. Nos casos de mudança de regime de tipo IV, há dois motivos para a reorientação da política externa a partir da mudança de regime: a percepção da liderança sobre as ameaças internacionais e a avaliação sobre o nível da gravidade dessas pressões externas (HAGAN, 1989). Tal perspectiva é sustentada pela perspectiva de que constrangimentos sistêmicos são variáveis explicativas relevantes para a política externa; eles, todavia, não são determinantes, o que sinaliza o refino da abordagem entre agência e estrutura na análise de política externa contemporânea (SCHULTZ, 2013).

A liderança de um Estado formula suas ações no ambiente internacional de acordo com as respostas em relação às ameaças externas. Dessa forma, após uma mudança na institucionalidade interna, se a concepção sobre os constrangimentos presentes no SI é interpretada de forma diferente, as decisões e ações voltadas para a política externa também serão distintas, de modo a tentar coadunar resistência a pressões internas e busca por interesses nacionais autônomos (HAGAN, 1989, STERLING-FOLKER, 1998).

A questão ideológica pode ser potencializada a partir da forma como o SI se estrutura, podendo variar entre a uni/bi/multi polaridade. A estrutura também se configura segundo a existência de potências hegemônicas, as quais podem possuir interesses de ação em nível regional e, a partir disso, influenciar comportamentos semelhantes nos Estados passíveis dessa atuação. Tal perspectiva pode ser analisada por meio do entendimento de intervenção eleitoral partidária por grandes potências (PEIG)⁵, a qual pode ser definida como a ação de um Estado soberano (especificamente potências) para influenciar os resultados eleitorais em outro Estado soberano a fim de ferir os objetivos ou favorecer um dos lados que está competindo. Essa ação pode ocorrer de maneira encoberta ou abertamente,

⁴ Definida como a ação de grupo de atores dentro de uma mesma agência, ou dispersos em diferentes esferas burocrática, mas com objetivos em comum e interações regulares, que buscam defender uma nova política. O conceito engloba substancialmente noções desenvolvidas por Allison (1969).

⁵ Sigla para o nome original em inglês *partisan electoral intervention by the great powers*. Tradução nossa.

tanto no que tange ao financiamento de campanha (de forma direta ou indireta), quanto em relação a divulgação de materiais enviesados e favoráveis a um lado específico. A ação pode ser seguida da diminuição de ajuda externa como empréstimos, comércio, entre outras medidas (LEVIN, 2016).

Tendo em vista o papel dos fatores políticos domésticos e internacionais dentro de um sistema iterativo de determinação da política externa de um Estado, Rosati⁶ (1994, *apud* SPOSITO, 2012) caracteriza a existência de ciclos que variam entre períodos de estabilidade - a qual demonstra uma constância na linha de política externa - e de transição - cercado de instabilidades que propiciam a MPE. Assim, os momentos com maior probabilidade de ocorrer uma mudança de política externa são observados quando existem modificações, tanto na sociedade doméstica quanto no ambiente internacional, que contradizem as políticas existentes em um governo, diminuindo a legitimidade da ação da liderança vigente.

A partir dos elementos apresentados, é possível incorporar os conceitos discutidos a uma análise mais precisa sobre os fatores que levaram à mudança de política externa do governo de João Goulart (1961-1964) para o governo militar de Castello Branco (1964-1967). A discussão sobre o tema é viável devido, primeiramente, à consideração de diversos atores e variáveis que vão além do que as abordagens parcimoniosas presumem, uma vez que se observa uma complexidade de relações que moldam a política externa brasileira do período. Ademais, há ganhos potenciais de integração entre evidências históricas do caso brasileiro ao corpo de literatura de análise do campo. Assim, faz-se necessária a análise inter-relacionada das condicionalidades domésticas e internacionais a fim de compreender em que medida elas são determinantes na mudança de orientação internacional sobre as relações bilaterais entre Brasil e EUA.

O Brasil “independente” de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)

A posse de Jânio Quadros em Janeiro de 1961 foi carregada de responsabilidades devido às instabilidades internas e externas deixadas por Kubitschek no governo anterior. Por um lado, no âmbito internacional, ocorria uma crise econômica e política hemisférica, a qual caracterizava-se pela estagnação das economias menos desenvolvidas, por uma onda nacionalista populista e pela repercussão da Revolução Cubana. Ao mesmo tempo, domesticamente, o Brasil também enfrentava dificuldades nas esferas sociais, econômicas e políticas. A população urbana crescia, sendo representada pela classe média, operários e burguesia, os quais reivindicavam mais participação - juntamente com o desemprego e a instabilidade inflacionária, levando ao aumento do custo de vida (LIGIÉRO, 2011).

Diante desse cenário, Jânio Quadros era considerado o candidato mais adequado para atender as necessidades do momento. Quadros apresentava um discurso amplo que continha princípios atrativos à todas as classes (altas e baixas) e defendia uma economia com elementos voltados para o liberalismo. Contudo, a eleição nesse período era caracterizada pelos votos individuais à cada candidato, independente se os candidatos fossem da mesma chapa ou de chapas diferentes – ou seja, a população votava para o presidente e para o vice-presidente separadamente. Dessa forma, João Goulart foi eleito vice-presidente, sendo um representante mais voltado à esquerda brasileira (SKIDMORE, 2000).

Os sete meses de gestão de Jânio e do seu ministro de Relações Exteriores, Afonso Arinos, foram marcados por uma política externa de inovação. O Brasil buscava adotar uma postura crítica e de afastamento do governo dos EUA, e estreitou relações com governos socialistas. As características diplomáticas adotadas por Quadros, contudo, não agradavam a direita brasileira. As forças internas de contestação à política de Quadros levaram o presidente a propor sua renúncia, a qual foi prontamente aceita

⁶ ROSATI, Jerel A. Cycles in Foreign Policy Restructuring: the politics of continuity and change in U.S. foreign policy. In: ROSATI, J.A.; SAMPSON, M. W.; HAGAN, J.D. Foreign Policy Restructuring. How governments respond to Global Change. Columbia: University of South Carolina Press, 1994. 316 p.

pelo Congresso (SKIDMORE, 2000).

Com a saída de Jânio em 1961, a sucessão legal à presidência seria o vice-presidente eleito, João Goulart. Contudo, Goulart possuía fortes opositores em relação a sua política considerada esquerdista, resultando na ascensão de um movimento contra o seu direito constitucional de assumir como presidente. Ademais, durante o processo de renúncia de Quadros, o vice-presidente encontrava-se em missão diplomática na China comunista – fator que intensificou a mobilização contra Goulart, uma vez que, na perspectiva opositora, representava uma confirmação sobre sua posição política (SKIDMORE, 2000). Os ministros militares de Quadros representaram o principal obstáculo para o processo de sucessão, uma vez que detinham um alto poder de influência no Congresso. Dessa maneira, compreende-se a existência de uma militância burocrática articulada pelos militares a fim de defender o impedimento de João Goulart (FIGUEIREDO, 1993).

Para solucionar a crise política que cercava a posse de João Goulart, foi proposta uma solução de compromisso em torno da mudança do sistema presidencialista para o parlamentarismo, visando a estabilidade institucional brasileira, assim como buscando limitar os poderes de Goulart. Assim, no dia 2 de setembro de 1961, instituiu-se o primeiro governo parlamentarista do Brasil no período republicano e permitiu que João Goulart pudesse assumir a presidência (SKIDMORE, 2003). Se por um lado o sistema parlamentarista atenuou as agitações políticas internas e garantiu que João Goulart fosse presidente, ele também foi um empecilho para que os projetos de reforma socioeconômicas do novo governo fossem realizadas (FIGUEIREDO, 1993).

A limitação de poderes presidenciais do parlamentarismo também teve impacto no âmbito diplomático, permitindo que chancelaria e o Itamaraty tivessem maior influência na condução da política externa do Brasil. Dessa forma, o então Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, passou a ter mais autonomia e foi o principal responsável por defender os interesses do Brasil internacionalmente nesse período (VIZENTINI, 2008). A Política Externa Independente (PEI) estruturada por Dantas pode ser sintetizada como um projeto construído visando exclusivamente os interesses brasileiros que seriam isentos de um posicionamento ideológico, quais sejam: (i) emancipação econômica e desenvolvimento e (ii) conciliação histórica entre o regime democrático representativo e reforma social para suprimir a opressão de classes. Esse comportamento era informado pelo conjunto de ideias em torno da Política Externa Independente iniciada na gestão de Jânio Quadros - e continuada no governo de Goulart (DANTAS, 2011).

Entretanto, essa política teve dificuldades de aceitação, tanto interna quanto externa, advindas de uma oposição ao novo governo de Goulart. A PEI de Goulart, pautada por práticas menos liberais e mais voltadas para o desenvolvimento nacional sem ingerência externa, preocupou os setores mais conservadores da sociedade brasileira, assim como afetou a relação com os países ocidentais capitalistas, especialmente com os EUA, uma vez que afetava diretamente o interesse estadunidense de exercer influência sobre o país (VIZENTINI, 2008). Essa relação também foi afetada devido ao caráter universalista e não alinhado que o projeto carregava em seus princípios. Tendo em vista que os EUA eram a grande potência capitalista em meio à bipolaridade do Sistema Internacional, uma política externa fora dos eixos de alinhamento ocidental aparentava ser uma forma de alinhamento ao bloco socialista e gerava atritos quando certas discussões eram pautadas.

Uma das divergências entre o posicionamento brasileiro e o estadunidense deu-se com a Crise dos Mísseis de Cuba, o que pode ser identificado dentro da leitura de Hermann (1990) sobre a importância dos eventos internacionais de grande impacto. Enquanto os EUA enxergaram o evento de forma

drástica e defendia um isolacionismo e aplicação de sanções à Cuba, o Brasil, por meio da PEI, defendia uma solução negociada baseada nos princípios de coexistência pacífica, autodeterminação dos povos e da não-intervenção em assuntos domésticos. Isso pode ser explicado, também, segundo o que Hagan (1989) considera como a percepção da liderança sobre ameaças internacionais. Assim, entende-se que a política de João Goulart comportou-se dessa maneira pois não compreendia o viés ideológico como uma ameaça para as relações com outros países. Ao contrário, a PEI de Goulart pressupunha que um isolamento cubano seria mais nocivo para a segurança internacional do que a abertura de diálogo para o desarmamento. Da mesma maneira, o Brasil defendia a retomada das relações com a URSS e outros países socialistas baseando-se, principalmente, na importância do comércio exterior para o projeto de desenvolvimento da época. Dessa forma, percebe-se a execução de uma política externa mais orientada por objetivos pragmáticos do que por uma defesa ideológica *per se*.

Não obstante, o posicionamento de Goulart era constantemente interpretado como uma ameaça de instauração de um governo comunista no país, tendo em vista também as medidas domésticas de reformas que eram propostas. A partir de um posicionamento mais preocupado com as questões sociais, Goulart propõem uma série de reformas estruturais (i.e. a reforma agrária, a reforma educacional e a reforma institucional), o que desagradou não somente a coalizão governante, mas também contrariou os interesses de grupos civis mais conservadores como os grandes proprietários rurais, a classe média, juntamente com a ala militar. Em contrapartida, havia um crescente movimento popular para a convocação de um plebiscito que retomasse o regime presidencialista brasileiro e a favor das reformas sociais. Tal mobilização dos nacionalistas e da esquerda brasileira preocupava o governo estadunidense (VIZENTINI, 2008).

Os EUA temiam o alargamento da esquerda brasileira, que para eles representava uma iminente ameaça comunista no país. Dessa maneira, nas eleições de 1962, o governo estadunidense buscou conter as forças da esquerda apoiando candidaturas de grupos políticos que eram denominados como “governos com eficiência” ou “ilhas de sanidade” – grupos antigovernistas mais voltados à direita brasileira. Os EUA visaram especialmente o nordeste brasileiro para o envio de verbas direcionadas a partir de um cunho político da Aliança para o Progresso por meio da *United States Agency for International Development* (USAID). Isso pode ser entendido dentro da perspectiva de Sposito (2012) sobre a ação de potências hegemônicas na tentativa de influenciar Estados a fim de satisfazer seus interesses regionais. Assim, tendo em vista que o governo estadunidense almejava ter predomínio na América Latina em meio à Guerra Fria, era conveniente que influenciassem os rumos que o Brasil tomaria. A partir desses objetivos, os EUA destinaram verbas da Aliança para o Progresso para campanhas de candidatos oposicionistas no nordeste brasileiro nas eleições de 1962, além de fomentar propaganda anticomunista no país a fim de conter o alargamento da esquerda.

Parte do envio das verbas foi feito pela USAID, enquanto outra quantia era financiada pela CIA e foi encaminhada para empresas estrangeiras e brasileiras, os quais utilizaram agências como o IBAD e o IPES para gerir as campanhas políticas. Dessa forma, podemos caracterizar a ação dentro do entendimento de intervenção eleitoral partidária por grandes potências (PEIG) proposta por Levin (2016), especificamente como um financiamento indireto às campanhas direitistas no Brasil. A intervenção também pode ser observada no âmbito da propaganda política, tendo em vista que os financiamentos também eram alocados para a produção de propagandas anticomunistas que favoreciam os candidatos oposicionistas e aumentavam a percepção de uma imagem negativa sobre Goulart.

Ainda durante o período eleitoral de 1962, João Goulart estava preocupado com seu próprio lugar

no governo. O presidente buscava adiantar o plebiscito para instituir o retorno do presidencialismo e, por meio de um plebiscito votado em 1962, o eleitorado brasileiro decidiu que o sistema de governo parlamentarista não deveria continuar vigente (TSE, 2018). Assim que recuperou os poderes presidenciais, Goulart buscou resolver o problema da crise econômica ao propor o Plano Trienal como o centro dos esforços nos cinco primeiros meses. O Plano Trienal, coordenado pelos esforços de San Tiago Dantas e Celso Furtado, tinha como objetivos combater a inflação em três anos, recuperar o crescimento econômico e diminuir as desigualdades de renda a partir da execução de reformas. Para a execução bem sucedida do Plano Trienal, era necessário lançar mão de esforços para atrair investimento externo, especialmente a ajuda estadunidense. Para tanto, a política externa ganhou uma conotação mais amena a fim de desfazer a ideia de um governo esquerdista e, assim, garantir a obtenção de crédito (SKIDMORE, 2003).

Os obstáculos em relação a atração de investimentos externos aumentavam na medida em que os EUA continuavam seus esforços para minar a atuação do presidente por meio do controle sobre a oferta de crédito no SI. O governo estadunidense acreditava que os empréstimos das organizações internacionais seriam direcionados para a guerrilha comunista no Brasil, usando de sua influência sobre as instituições que poderiam fornecer crédito ao governo brasileiro (como o FMI e o Banco Mundial) para limitar o capital estrangeiro para Goulart. Dessa forma, a falta de investimento externo influenciada pelos EUA dificultou a efetividade dos planos econômicos do presidente, aumentando ainda mais a insatisfação doméstica com seu governo. Entretanto, a interferência estadunidense em políticas internas do Brasil não ocorreu somente no campo econômico. Havia a suspeita de que a CIA e outros grupos militares estariam infiltrando-se no país e colaborando com a parcela antigovernista, tendo, assim, influência direta dos EUA para o incentivo e organização dos grupos opositores. Isso demonstra a contribuição das pressões externas para o enfraquecimento do governo brasileiro (VIZENTINI, 2008).

Goulart, observando o aumento e gravidade da oposição, juntamente com a pressão interna para uma resolução dos impasses econômicos e políticos, foi instigado a solicitar o Estado de Sítio no Brasil e submeteu o projeto ao Congresso (VIZENTINI, 2008). Isso fez com que a esquerda enxergasse a ação do Executivo como antidemocrática e retirasse seu apoio ao presidente. Goulart, então, busca reagir e promulga a Lei de Remessas de Lucros – a qual limitava a parcela de lucro que empresas estrangeiras instaladas no Brasil poderiam enviar de volta para suas matrizes. Além disso, Goulart busca apoio populacional para a realização das reformas (estrutural e constitucional), vislumbrando a possibilidade de fazê-las por decreto, sem autorização do congresso (SKIDMORE, 2003).

As propostas para o Estado de Sítio e a realização das reformas foram consideradas como ações radicais e antidemocráticas, levando à desconfiança das constituintes sobre a postura de Goulart e, sucessivamente, a realização da Marcha da Família com Deus e pela Liberdade - movimento militante da classe média e de grupos religiosos. Esse cenário de crescente oposição a João Goulart era propício para os conspiradores seguirem em frente com os seus intentos de tomada do poder. A conspiração político-militar já estava estabelecida e em 27 de março, quando Goulart demite o Ministro da Marinha, foi decidido que era hora de agir e derrubar o presidente (SKIDMORE, 2003).

A movimentação para o golpe começa no dia 30 de março, quando tropas são mobilizadas em Juiz de Fora e em São Paulo rumo ao Rio de Janeiro. Além disso, foi acionado o apoio militar estadunidense no litoral brasileiro para dar suporte aos militares nacionais, o qual foi conhecido como a Operação Brother Sam (VIZENTINI, 2008). João Goulart, ao tomar conhecimento desses acontecimentos e tendo a percepção da dificuldade em que se encontrava, decide deixar o Rio de Janeiro no dia 1º de abril di-

recionando-se para o Uruguai em busca de asilo político, concretizando os intentos da oposição para derrubar o presidente (SKIDMORE, 2003).

Com isso, é possível observar que houve a continuação de um processo de militância burocrática, no qual atingiu seu maior objetivo com o alcance da saída do presidente. Além disso, a retirada do apoio da esquerda e a aproximação dos grupos da direita com o setor militar são ocorrências fundamentais para a reestruturação doméstica do governo brasileiro (HERMANN, 1990). Contudo, é importante acentuar que o movimento opositor interno também ganhou forças pela influência externa dos EUA. Sendo assim, a combinação das forças internas de oposição, juntamente com a parcela conspiradora, somada às pressões e ações externas culminaram no rompimento da estrutura governamental vigente (GUSTAVSSON, 1999).

O Brasil (inter)dependente de Castello Branco (1964-1967)

O golpe de Estado que retirou João Goulart do posto de presidente gerou uma instabilidade política no cenário doméstico brasileiro. Contudo, a iniciativa do golpe foi formulada e efetivada majoritariamente pela ala militar, a qual almejava obter controle sobre a política brasileira alegando que o Brasil demandava mudanças governamentais. Assim, desde o primeiro momento houve forte pressão dos militares para a retirada de atores do legislativo que eram considerados apoiadores do antigo governo. Como resposta, os ministros militares formaram arbitrariamente o Supremo Comando Revolucionário, o qual começou a mudar de forma temporária algumas regras democráticas com a publicação do Ato Institucional nº1 (SKIDMORE, 2000). O Ato atribuía maiores poderes ao Executivo, concedendo-o mais autonomia de ação a partir da limitação do congresso. Além disso, atribuiu ao Executivo o poder de suspender os direitos políticos, incluindo a cassação de mandatos de membros legislativos nos âmbitos federais, estaduais e municipais. Essas medidas permitiam ao presidente maiores manobras políticas visando a manutenção de poder do novo governo (SPOSITO, 2012).

Com as alterações estipuladas pelo Ato e com grande apoio dos militares e maioria dos políticos civis, o congresso rapidamente elegeu como presidente no dia 11 de abril um dos líderes do golpe, o General Humberto de Alencar Castello Branco. Como vice-presidente foi eleito José Maria Alkmin, o qual era aliado dos militares (SPOSITO, 2012). Castello Branco era uma figura estratégica devido a sua capacidade de exercer um papel mediador entre as oposições, podendo observar a importância da escolha de um líder capaz de sustentar os interesses e princípios do governo de forma a equilibrar as diferentes posições (HERMANN, 1990).

A posse de Castello foi seguida por um período de expurgo no congresso. A pressão exercida pelos militares para a cassação dos direitos políticos de pessoas consideradas como adeptas ao comunismo e ao antigo governo brasileiro levou à suspensão de direitos de 378 indivíduos. Os cargos vazios foram preenchidos por apoiadores do regime vigente e alguns outros setores da administração pública foram ocupados por tecnocratas liberais e empresários (SKIDMORE, 2000). Sendo assim, foi formada uma classe governadora de diretores e administradores de empresas e corporações, tendo como consequência a formulação de políticas direcionadas para grupos sociais específicos da elite brasileira, especialmente os setores ligados aos recursos estrangeiros – a maior parte provenientes dos EUA. Além disso, outras substituições importantes direcionadas para uma abertura em favor do governo estadunidense foram a de ministro das Relações Exteriores e a de embaixador brasileiro em Washington (CERVO; BUENO, 2002).

Ao longo do governo Castello Branco as decisões sobre ações internas e externas tornavam-se mais centradas e repressivas, moldando a estrutura doméstica de acordo com os interesses da gestão militar.

Foi lançado em 1965 o Ato Institucional nº2, o qual tinha como seus pontos a (i) extinção da pluralidade de partidos e a existência de somente dois novos movimentos políticos: Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB); (ii) eleição presidencial indireta e a (iii) continuação dos poderes extraordinários ao Executivo, possibilitando a cassação dos direitos políticos dos cidadãos considerados como ameaça. Meses depois foi introduzido o Ato Institucional nº 3, estabelecendo que as eleições para governador também deveriam ser indiretas (SKIDMORE, 2000). Essas medidas conferiam maior margem de manobra para a implementação de políticas que consolidassem o novo regime e tornassem mais fácil a conquista e condução dos interesses do governo.

Com a mudança na política interna é possível observar que o golpe de 1964 não retirou somente Goulart do poder, mas realizou uma total reestruturação das constituintes. A ala militar obtém autoridade para definir os rumos do país e, com o expurgo no Congresso, a nova composição burocrática foi preenchida por apoiadores do novo governo. Entretanto, essa modificação reestrutura as dinâmicas internas do país, o que também resulta na mudança de interesses e objetivos a serem buscados. Sendo assim, é possível observar que além de alterar as constituintes, também há uma mudança de regime no Brasil.

De acordo com a conceituação do tipo IV de mudança de regime de Hagan (1989), o regime foi alterado quando houve um movimento revolucionário dos grupos opositores a Goulart, os quais foram capazes de substituir a estrutura decisória e reestruturar o sistema político com indivíduos que apoiassem os seus interesses. Outro ponto de Hagan (1989) em que pode-se observar a mudança de regime nesse momento é a ocorrência de uma revolução por meio de um golpe militar, o qual além de ignorar regras para implementar o golpe, também foi desfazendo as estruturas democráticas do Brasil e formulando novas diretrizes governamentais opressoras.

Contudo, é importante ressaltar que a mudança de regime não alterou somente o poder autoritário adquirido e imposto pelos militares domesticamente, mas também promoveu a adoção de um novo conjunto de interesses. A formação governamental doméstica reflete o interesse nacional em relação ao ambiente externo e as modificações demonstram o objetivo do novo governo brasileiro em desmantelar a Política Externa Independente do regime anterior. Castello iniciou o que era entendido como “correção de rumos”: um modelo de desenvolvimento dependente e associado, direcionado para a abertura de mercado, desestatização e livre ação empresarial (CERVO; BUENO, 2002).

Com o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) o Brasil voltou-se para a satisfação dos interesses das unidades externas com o intuito de recuperar a confiança dos investidores internacionais e aproximar-se dos órgãos e Estados financiadores, especialmente dos EUA. Isso resultou rapidamente na liberação de recursos do FMI e do Banco Mundial, além da própria Aliança para o Progresso - aplicações que antes eram negadas para Goulart. Essa nova postura demonstrava ao governo estadunidense que a ameaça comunista no Brasil estava extinta com a saída do antigo presidente e que o país possuía seus interesses fundamentados no capitalismo (VIZENTINI, 2004).

O novo modelo econômico tinha como uma das principais motivações a evolução do capitalismo ocidental no SI. No governo Castello Branco o Brasil buscou uma aproximação mais intensa com os Estados capitalistas do Ocidente, mantendo uma relação privilegiada tanto economicamente quanto ideologicamente com o eixo hemisférico, principalmente em uma relação estreita com os EUA (CERVO; BUENO, 2002). Essa postura pode ser justificada pela própria influência externa do período. A pressão do conflito da Guerra Fria entre comunismo e capitalismo contribuiu para uma perspectiva do governo brasileiro sobre as ameaças do comunismo no país e no continente, dando ênfase

no contexto bipolar do SI como uma condição determinante para formular as diretrizes da PEB (OLIVEIRA, 2005).

Castello retomou o enfoque do conflito Leste-Oeste e abandonou as diferenças Norte-Sul, uma vez que tinha como justificativa a escolha entre ocidentalismo e comunismo, defendendo, dessa forma, uma política contrária à neutralista. Sendo assim, o Brasil adota uma postura anticomunista como uma forma de proteção, pressupondo que deveria haver um processo de interdependência política, econômica e militar entre os Estados ocidentais – principalmente no eixo americano – como forma de obter um plano de sobrevivência coletiva para evitar a ampliação do comunismo e o combate dessa ideologia no âmbito interno e externo, mantendo a integridade ocidental interamericana (VIZENTINI, 2004).

Contudo, segundo a compreensão de Castello Branco e seu governo, a manutenção da integridade ocidental seria impossível sem o reconhecimento dos EUA como líder do bloco ocidental e potência hegemônica na América Latina. A segurança coletiva seria com base no apoio econômico e liderança do governo estadunidense, contemplando tanto a segurança quanto o desenvolvimento dos Estados (OLIVEIRA, 2005). Entretanto, os objetivos de Castello em reconhecer a primazia dos EUA eram mais amplos, uma vez que tinha como intuito o alcançado status de subliderança regional. Em troca do total apoio político, ideológico, militar e diplomático do Brasil em garantir a segurança da região, os EUA retornariam essas ações em forma de tratamento diferenciado (VIZENTINI, 2004).

Com o objetivo de demonstrar o novo posicionamento ocidental e intensificar as relações com os EUA o Brasil rompe relações com Cuba por motivos ideológicos e defende, no âmbito da OEA, o isolamento cubano do continente – contrapondo a posição brasileira adotada no antigo governo (CERVO; BUENO, 2002). Ademais, assume o comando da intervenção das forças interamericanas de paz na crise da República Dominicana, apoiando o interesse do governo estadunidense, e demonstra suporte aos EUA quanto a Guerra do Vietnã (SIMÕES, 2010). Essa expressiva demonstração de apoio a Washington também indicava uma certa subserviência do governo brasileiro aos interesses dos EUA, o que também satisfazia os objetivos estadunidenses de manter o controle sobre a região latino-americana. Isso pode ser compreendido ao considerar que a existência de um ator hegemônico influencia as ações de outros Estados para garantir que os interesses regionais da potência possam ser alcançados (SPOSITO, 2012).

A confiança dos EUA adquirida pelo Brasil com a nova gestão rendeu ao governo brasileiro 650 milhões de dólares por meio da Aliança para o Progresso (benefício negado ao governo anterior), além de firmar pequenas cooperações e acordos de garantia de investimentos privados. Além disso, o Brasil aproximou-se de países associados aos EUA, como o Japão e alguns Estados da Europa ocidental, tendo abertura de possibilidades para novas negociações (SIMÕES, 2010).

Entretanto, mesmo com a manutenção de certa interação com os parceiros europeus, tais relações perderam destaque em comparação à tradição da PEI. O Brasil concentrou-se em preservar uma associação fundamentalmente comercial, sem intenções de aprofundar em direção a relações diplomáticas mais íntimas (SIMÕES, 2010). Essa mesma posição de afastamento também foi estendida aos Estados do Terceiro Mundo, como os Estados independentes da África, e as unidades de cunho socialista (como a URSS), visando somente preservar e ampliar o mercado de exportação dos produtos nacionais. Quanto a região asiática, o Brasil praticamente abandonou as relações com o continente. Esse posicionamento de distanciamento do Brasil era uma estratégia para não ser associado à ideologia comunista (VIZENTINI, 2004).

Com isso, é possível compreender que, de acordo com Hagan (1989), a reorientação da política externa brasileira foi motivada pela percepção que a nova liderança possuía do contexto internacional bipolar e da consideração do nível de gravidade que as influências comunistas exerciam. Ademais, a

compreensão do governo brasileiro sobre a disputa ideológica levou ao alinhamento do Brasil com o ocidente, podendo ser identificado de acordo com as políticas e alianças que o Estado brasileiro firmou com os países e órgãos ocidentais, além do comportamento de distanciamento dos outros países (SPOSITO, 2012).

O alinhamento de Castello Branco com o ocidente (especialmente com os EUA), o abandono do princípio de não-alinhamento, a redução da profundidade da universalização de parcerias e a defesa de um discurso de interdependência americanista caracterizaram um forte rompimento com a PEI do governo anterior. Com a visão da nova estrutura do sistema doméstico as políticas eram entrelaçadas e formuladas internamente, mas também motivadas pelo, e para, o ambiente internacional, o que conduziu à reorientação da política externa brasileira.

Considerações finais

O relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos oscila entre o alinhamento e o distanciamento brasileiro. O período da Política Externa Independente, especialmente a gestão de João Goulart, foi uma das fases em que o Brasil se afastou dos EUA, enquanto no governo de Castello Branco, retomou-se o alinhamento com os Estados Unidos, baseando-se em perspectiva de proximidade de interesses geopolíticos. O entendimento sobre mudança de política externa proposto por Charles Hermann (1990) foi o ponto orientador do aparato teórico utilizado no trabalho. Ainda, segundo Rosati (1994), os períodos com maior probabilidade de ocorrência da MPE são os momentos em que há a modificação tanto da sociedade doméstica como do ambiente internacional. A influência dos fatores de ambos os níveis ocorre em um sistema interativo, no qual a ação internacional é moldada pelas dinâmicas internas tal qual a articulação de grupos domésticos afeta as relações exteriores de um Estado (GOUREVITCH, 1978).

Houve, no governo de João Goulart, movimento de militância burocrática articulada por políticos direitistas e militares em oposição às políticas de Goulart. Essa parte da coalizão de poder buscou desarticular as propostas de reformas agrária, institucional e educacional, sustentados pela perspectiva de que Goulart representava uma ameaça comunista ao país, devido a seu posicionamento à esquerda. Notadamente, a implementação da PEI abriria espaço para o relacionamento com Estados socialistas. Essa percepção era compartilhada por outros grupos domésticos da sociedade civil, e algumas ações de Goulart fizeram com que outros setores (centro e parte da esquerda) retirassem seu apoio ao governo, determinando o início de uma reestruturação doméstica no país.

A percepção de ameaça também foi um fator orientador das iniciativas estadunidenses para o Brasil, o que se relaciona a outro objetivo deste trabalho, qual seja, identificar a influência dos fatores externos sobre a relação entre o Brasil e os EUA. O governo estadunidense temia que o Brasil se aproximasse do bloco socialista assim como Cuba, devido ao ocorrido nas crises da Baía dos Porcos de 1961 e dos Mísseis de 1962. Essa percepção estadunidense era reforçada pela busca da PEI em restabelecer relações com a URSS. A sensibilidade do tema era reforçada pela configuração bipolar do sistema internacional e pela projeção de poder dos EUA sobre a América Latina.

Os EUA agiram para conter a ameaça comunista percebida no Brasil por diversos meios: contenção de crédito externo, financiamento de grupos opositores a Goulart e sinalização de apoio a movimentos de ruptura institucional. As ações se enquadram no que Levin (2016) define como intervenção eleitoral partidária por potências hegemônicas. Houve ainda apoio aos opositoristas no âmbito militar e estratégico por meio da renovação do Acordo Militar de 1952, que ocorreu sem passar pelo pre-

sidente, com objetivo de permitir apoio formal dos EUA aos conspiracionistas. A última demonstração de intervenção estadunidense ocorreu com a Operação Brother Sam, mobilização de tropas para o litoral brasileiro como suporte às forças militares brasileiras. Ainda que não usadas, as forças mobilizadas indicam a possibilidade de ação direta dos EUA se fosse preciso.

A sequência do golpe por meio da aprovação do Ato Institucional nº 1 pelo grupo de militares do Supremo Comando, em detrimento dos ritos de passagem de poder previstos na Constituição de 1946, indica que houve tanto mudança de regime quanto reestruturação doméstica, uma vez que os militares tomam o poder e seguem estruturas institucionais diferentes das anteriormente em vigor. A reestruturação do corpo burocrático no poder sustenta a “correção de rumos”, rompendo com vários dos princípios que orientavam a PEI de Goulart. Esclarece-se o terceiro objetivo deste trabalho ao apontar os pontos de inflexão existentes entre ambos os governos. O governo Castello Branco contraria o princípio de desenvolvimento autônomo ao propor uma política externa econômica sustentada pelo desenvolvimento dependente e associado. Ademais, há o afastamento da perspectiva universalista da PEI pelo rompimento de relações com Cuba e China, por exemplo. Pode-se perceber que há um alinhamento ao polo estadunidense no sistema bipolar, em linha com a hipótese de que houve uma reorientação internacional do Brasil. A mudança de orientação de política externa brasileira pode ser considerada, então, como um resultado de ambas as forças – internas e externas – que atuaram no país para reverter as políticas de Goulart.

A pesquisa deixa abertas as possibilidades de aprofundamento da pesquisa sobre reestruturação da política externa brasileira em quadro global. O uso da relação bilateral do Brasil com outros Estados centrais do sistema internacional, assim como da atuação brasileira em órgãos multilaterais, entre o período de Goulart e Castello Branco, como método de controle e/ou reforço, pode aprofundar o conhecimento sobre o período, além de fornecer mais informações sobre as formas de mudança em política externa.

Referências bibliográficas

- ALLISON, Graham T. Conceptual models and the Cuban missile crisis in *The American. Political Science Review*, v.63, n.3, p. 689-718, sep. 1969.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2 ed. Brasília: UNB, 2002. 526 p. (O Brasil e o Mundo).
- DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, 372 p.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracias ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993, 209 p.
- GOUREVITCH, Peter. **The Second Image Reversed: The International Sources of Domestic Politics**. *International Organization*, v. 32, n. 4, 1978.
- GUSTAVSSON, Jakob. How should we study foreign policy change?. **Cooperation and Conflict**, London, v. 34, 1999. p. 73-95.
- HAGAN, Joe D. **Domestic Political Regime Changes and Foreign Policy Restructuring in Western Europe: A Conceptual Framework and Initial Empirical Analysis**. 1989.
- HERMANN, Charles Frazer. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 3-21, mar. 1990.
- HUDSON, Valerie M. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. **International Studies Association**, Malden, p. 1-30. 2005.
- JESUS, Diego Santos Vieira de. A essência de uma subárea: os 60 anos da Análise de Política Externa. **Estudos Internacionais**, v. 2, n.1, p. 81-99. jan./jun. 2014.
- LEVIN, Dov H.. Partisan electoral interventions by the great powers: Introducing the PEIG Dataset. **Conflict Management and**

Peace Science, 2016, p. 1-19. Disponível em:

<<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0738894216661190?journalCode=cmpb>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

LIGIÉRO, Luiz Fernando. **A autonomia na Política Externa Brasileira** - A política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 412 p.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. Saraiva, 2005. 291 p.

PAQUIN, Jonathan; MORIN, Jean-Frédéric **Foreign Policy Analysis: a toolbox**, Cham, Palgrave Macmillan, 2018, 366 p.

SCHULTZ, Kenneth. Domestic politics and international relations *in* CARLSNAES, Walter, RISSE, Thomas, SIMMONS, Beth A. **Handbook of International Relations**. Sage: Los Angeles, 2013, 905 p.

SIMÕES, Gustavo da Frota. **Turbulência política interna e política externa durante o governo Castello Branco (1964-1967)**. 2010. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco(1930-1964)**. 12. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000, 514 p.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco(1930-1964)**. 13. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2003, 514 p.

SNYDER, Richard C.; BRUCK, H. W.; SAPIN, Burton; HUDSON, Valerie M.; CHOLLET, Derek H.; GOLDGEIER, James M.. **Foreign Policy Decision-Making (Revisited)**. Palgrave Macmillan US, 2002. 186 p.

SPOSITO, ÍtaloBeltrão. **Redirecionamento na política externa brasileira: uma análise comparativa dos Governos Castello Branco (1964-1967) e Fernando Collor (1990-1992)**. São Paulo, 2012.

STERLING-FOLKER, Jennifer. Realist environment, liberal process, and domestic-level variables. **International Studies Quarterly**, v. 41, pp 1 – 25, 1997

TSE. Referendo de 1963. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/referendo-1963/referendo-de-1963>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: Multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1965)**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 409 p.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil II (1930-1964)**. 2. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2008.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. 3 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.